

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006337-29.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **Darcy Julião**
Requerido: **BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que é correntista do primeiro réu e que no dia 05/03/2018 tentou por três vezes efetuar um saque de R\$ 1.000,00 de sua conta junto a terminais de propriedade da segunda ré, localizados na Rodoviária local.

Alegou ainda que em todas as ocasiões obteve a informação de insuficiência de recursos para a implementação dos saques, mas posteriormente veio a saber que um deles se efetivou e que uma mulher identificada como Juliana manteve contato com o Supervisor da Rodoviária para noticiar que encontrara a soma em um dos caixas eletrônicos.

Salientou que essa mulher se recusou a entregar a quantia e que não conseguiu resolver a pendência.

Almeja à condenação dos réus a pagar-lhe o montante declinado.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

As preliminares de ilegitimidade *ad causam* arguidas pelos réus em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, a responsabilidade de ambos promana da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Tais orientações aplicam-se *mutatis mutandis* com justeza à hipótese dos autos, até porque restou indubitosa a participação dos dois réus no episódio noticiado.

Rejeito as prejudiciais suscitadas, pois.

No mérito, é incontroverso que o autor é correntista do primeiro réu e que se utilizou de terminais da segunda ré para tentar sacar quantia em seu favor.

Percebe-se, assim, que a espécie vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Ostentando o autor esse *status* em relação aos réus, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem aqui incidência.

Assentada essa premissa, observo que os réus não amealharam provas que se contrapusessem à dinâmica fática descrita a fls. 01/02.

Reuniam inclusive condições técnicas para tanto, bastando que coligissem elementos materiais que evidenciassem que as três tentativas de saque frustradas pela ausência de recursos – mencionadas pelo autor – não aconteceram.

Como se não bastasse, em momento algum sequer refutaram que tudo transcorreu como relatado pelo autor.

O quadro delineado basta para a certeza de que a pretensão deduzida deve prosperar.

A falha imputada aos réus está patenteada pela concretização de saque após informação da inexistência de recursos a propósito, o que se repetiu por três vezes e ao final redundou em prejuízo material ao autor.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Não se entrevê, por fim, óbice ao pedido pela utilização da senha do cartão (que reconhecidamente se verificou) ou pela participação de terceiros (que não eliminaria a falha dos réus).

Caberá aos réus nesse contexto, se o desejarem, buscar junto à pessoa referida a fl. 01 a recuperação do numerário que indevidamente lhe foi disponibilizada sem que isso os beneficie em face do autor ou os exima de responsabilidade.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 1.000,00, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2018 (época da ocorrência do saque), e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 04 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**